

ARTIGO

TERCEIRO SETOR E MEIO AMBIENTE

RESUMO: Objetivamos discutir, brevemente, como têm se dado as discussões sobre o Terceiro Setor brasileiro e, particularmente, sobre as ONGs que atuam em defesa do meio ambiente, levantando questionamentos acerca das limitações enfrentadas pelo Terceiro Setor neste contexto

Palavras-chave: Terceiro Setor, Participação, Meio Ambiente.

(...) a participação, quando não passa de um ritual que pessoas alienadas praticam como robôs programados, transforma-se rapidamente em uma paródia de si mesma e em um convite para desígnios manipulativos
(Rahnema, 2000)

Terceiro Setor e Participação: Um esboço de problematizações

O presente ensaio busca fazer um breve apanhado dos significados de termos que ligam o Terceiro Setor a mais outros dois, a saber, Participação e Meio Ambiente. A proposta surge a partir da leitura dos verbetes destinados aos dois termos citados no “Dicionário do Desenvolvimento” (2000), ponto guia da discussão. Em um primeiro momento, nos lançamos a descrever algumas nuances do que vem a compor o chamado Terceiro Setor, isto é, perpassaremos sobre seu funcionamento, sem primarmos por uma descrição rigorosa do termo em questão. Posteriormente, partiremos a conciliar as ações de ONGs, por exemplo, no tocante à temática do meio ambiente e das relações pertinentes a este.

Em princípio, vemos que o nome ‘Terceiro Setor’ demanda a explicação de mais outros dois termos: Primeiro e Segundo Setores. O Primeiro Setor é compreendido pelo Estado e o Segundo pelas organizações de cunho privado e com fins lucrativos. O Terceiro Setor, logo, engloba organizações da sociedade civil de um modo geral e é muito mais amplo do que em geral se supõe, encobrando entidades religiosas, associações de moradores, dentre muitas outras formas de atuação. Porém, ele tem se destacado atualmente através das ações de ONGs em todo o mundo. No Brasil, há a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) que opera como um veículo de informações e que liga muitas entidades em redes, associadas ou não a esta.

Vale salientar que o termo ONG não existe juridicamente, é um nome “fantasia” pelo fato destas instituições terem surgido como anti-estado - diferentemente da atual conjuntura.

O Terceiro Setor agora passa a ser visto como um setor da sociedade que desdobra uma força econômica relevante, significativa e que, hodiernamente, é um “modismo” no mundo capitalista que tende a construir um “capitalismo humanizado”, como versado por muitas retóricas desenvolvimentistas atuais. Não obstante, como gerir o Terceiro Setor como economicamente importante se este é extremamente deficitário no que se refere a sua sustentabilidade? Muitas ONGs são mantidas por empenhos estrangeiros e, quando não, pelos Primeiro e Segundo setores locais. Disto, podemos entender que se uma ONG não ergue por si só uma manutenção independente (por depender de outras fontes de recursos), ela serve à sociedade por outros meios, baseados, por exemplo, na argumentação de que preservar a natureza é necessário. Enfim, temos uma visão economicista atrelada a uma ideologia. Contudo, cabe ressaltar a existência de uma polêmica que gira em torno das ONGs por estas se pautarem por diferentes modelos de atuação. O fato de algo tão mistificado e ideologizado ser associado à esfera econômica causa, em muitas falas, críticas em tom de desconfiança e apontam contradições no funcionamento dessas instituições.

Eis quando o ideológico não se encaixa com o econômico, a exemplo de ONGs que se dizem contra o sistema capitalista vigente e que dependem do dinheiro desse sistema, ou gerado dentro desse sistema.

Vemos que o Terceiro Setor, apesar de todo o dito acima, ainda é encarado como sendo útil ao fomento do progresso econômico. Para seu funcionamento, as Organizações do Terceiro Setor geralmente fazem um papel intermediário: ligam o cidadão comum a entidades e organizações que podem participar da solução de problemas sociais identificados. Uma preocupação que surge junto à expansão do Setor é a de saber se este é um “mercado” em ascensão ou não. O peso da palavra “mercado” remonta, novamente, à ligação com uma preocupação ideológica, afinal, o que é sociedade civil? Se for “tudo”, inclui também o Mercado. Porém, partimos do pressuposto de que o Terceiro Setor está sim, e muito, atrelado ao Mercado e que vive deste (lembramos que muitas ONGs são sustentadas pelo marketing, pela mídia).

Podemos dizer que essas organizações se debatem com problemas como a sustentabilidade financeira, com a crítica que lhes são lançadas sobre serem substitutivas ao Estado (algo que muitas delas contestam, alegando serem complementares), dentre muitos outros. Logo, são instituições privadas com fins públicos, agregadas a pressupostos de voluntariado, sem fins lucrativos (tomamos o lucro, em verdade, a mais valia, como o acúmulo de capital que gera mais acúmulo de capital) e são guiadas por princípios de reciprocidade.

Ana Claudia Chaves Teixeira (2003), baseando-se na obra de Landim (1993), elabora quatro conjuntos do que seriam as ONGs no Brasil. No primeiro, ela se refere às organizações de assessoria e apoio, muito do que havia enquanto movimentos populares que se transformaram em ONGs nas décadas de 1960, 70 e 80, com o apoio da Igreja Católica, que juntamente com essas organizações difundiu grande parte do discurso e valores dos movimentos populares da época. No segundo conjunto, que compreende o fim da década de 1980 e começo da década de 1990, tem-se o surgimento das ONGs ambientalistas, de combate ao HIV, de proteção aos menores abandonados etc, que mobilizam a sociedade com novos temas, segundo Teixeira: “(...) em alguns casos, fica difícil dizer exatamente o que é movimento social e o que é uma ONG, pois muitas ONGs parecem constituir uma parte essencial do movimento social a que estão vinculadas” (Teixeira, 2003, p. 19). No terceiro conjunto, que prevalece na década de 1990, a autora enxerga grupos e fundações

empresariais que passam a se declarar enquanto ONGs, gerando uma confusão sobre o termo, continuada pelo quarto conjunto, que compreende entidades que antes se viam como filantrópicas, a exemplo da imprensa, e que também passam a se nomear enquanto ONGs.

Outro aspecto interessante que decorre junto à nova guinada na organização destas entidades é a diversidade de características práticas/intelectuais dos que se envolvem no Terceiro Setor (lembramos que, por exemplo, instituições filantrópicas como igrejas são antigas na história, mas se compunham sob outras perspectivas organizacionais/legais). Preocupações com o meio ambiente, por exemplo, não se limitam aos cursos da área de saúde ou, inquietações com poções de pobreza não se restringem aos cursos de Ciências Sociais. Constantemente, muitas portas se abrem para cosmovisões e atuações de pessoas de cursos como Administração, Marketing etc, ou mesmo para pessoas que não fazem parte do terceiro grau escolar, como estudantes secundaristas que desenvolvem projetos diversos ou como voluntários que se envolvem com os mais diferentes problemas a que essas entidades se lançam a amenizar/resolver.

Diante do Terceiro Setor e de uma série de problemas que este enfrenta, podemos aferir que “a desigualdade é grande, não há tempo para criar rivalidades entre setores” (Beltrão, 2004)¹. Antes de adentrarmos no tema das ONGs junto à defesa ao meio ambiente que se tornou, inclusive, um ramo de forte atuação de entidades em todo o mundo, perpassaremos pela noção de participação nessa lógica de atuação.

De acordo com o “Dicionário do Desenvolvimento” (2000), no verbete “Participação”, vemos que Majid Rahnema aponta como muitas vezes este termo tem sido usado de forma manipulada, isto é, fora de contexto ou dando possibilidade de interpretações diversas. A participação adquire, assim, uma esfera moral e eis então o porquê de lembrarmos que nem toda participação é voluntária, da mesma forma que o Terceiro Setor não se sustenta apenas pelo voluntariado. Vale ainda destacar que Daniel Lerner, como outros autores,

¹ Palestra proferida em 12 de abril de 2004 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE / Reunião do PET-PE

denota que as sociedades modernas são participativas, o que não ocorreu com as sociedades tradicionais.

As ONGs, e o próprio termo participação como aqui utilizado, são estratégicas nas ações de desenvolvimento. Instituições como empresas privadas, por exemplo, são capazes de fomentar a participação a fim de gerar um empenho econômico. Inclusive, muitas empresas são movidas a inclinar financiamentos ao Terceiro Setor na troca da boa imagem, pela “responsabilidade social”, ou mesmo pelos incentivos fiscais dados pelo Estado. “A participação tornou-se um slogan politicamente atraente” (Rahnema, 2000).

“As ONGs adquiriram de que sua abordagem ‘participatória’ e menos burocrática lhes permitiu satisfazer as necessidades dos beneficiários de seus projetos de forma mais eficiente e a um custo mais baixo” (Ibid: 195).

Daniel Lerner, em sua concepção de construção moderna de participação, afirma que a participação almeja um projeto predefinido, algo bastante pertinente ao adentrarmos na atual construção de entidades do Terceiro Setor, uma vez que o fato destas estarem inseridas em um sistema econômico estabelecido e por dependerem deste no tocante a suas sustentabilidades, é preciso que adotem uma administração controlada, com projetos, enfim, com um aparato que inclua cada dia mais profissionais de áreas como Administração, Marketing, Relações Internacionais, Sociologia etc. Logo, observamos como o tom da profissionalização é impregnado ao tipo de atuação da qual tratamos.

Majid Rahnema indaga:

“Será verdade que as novas abordagens participativas realmente contribuíram para qualquer mudança substancial na natureza do desenvolvimento, ou será que serviram apenas como operações publicitárias, capaz de dar um novo sopro de vida a uma instituição desgastada pelo tempo?” (Ibid: 202).

Dada a questão acima, vale ressaltar algumas críticas destinadas ao sistema capitalista vigente que, nestas visões, é tratado como uma mazela. Vejamos, as ONGs amenizam/solucionam problemas sociais estando inseridas em um outro problema que é pautado na raiz do sistema social, o capitalismo. A famosa frase que corre nos bastidores das Organizações Não-Governamentais, “as ONGs nascem para morrer”² passa, então, a ter seu fim podado, uma vez que tais problemas seriam uma constante, um ciclo.

ONGS E MEIO AMBIENTE

A partir destas inquietações, observamos o caso particular de organizações que trabalham com a proteção ao meio ambiente . A questão ambiental torna-se hoje uma pauta mundial, que não se restringe a manifestações de ONGs ou à conscientização escolar provida por alguns sistemas educacionais, porém, o tema atinge uma esfera estatal, inclusive, nas Relações Internacionais. Tratados e resoluções são lançados, países em todo o mundo votam contra ou a favor de um documento que prevê uma preservação ambiental e que, por sua vez, proíbe algumas atitudes como o desmatamento. Nesta esfera de negociações, as nações mais influentes desempenham um papel de destaque, afinal, um tratado pode trazer desvantagens para algumas nações e estas não podem ser apenas solícitas em prol da preservação ambiental e por um “mundo mais saudável”. Temos, assim, um jogo de ações e negociações que carrega, como que em uma bandeira, o tema ambiental.

Não é difícil observarmos, por exemplo, como uma barreira fito-sanitária pode ser utilizada para barganhar em outros problemas que respondem a negociações econômicas. Lembremos que há alguns anos o Canadá proibiu o consumo de carne brasileira baseado na argumentação de que este produto estaria enquadrado na famosa linha da “carne louca”. Porém,

² Autoria desconhecida. Esta frase incita que se uma ONG surge para resolver um dado problema e que deve resolvê-lo até seu fim (nunca parar de lutar), quando a sociedade não mais precisar

ficou visível que o enigma era dado pelas empresas que construíam aviões, as concorrentes Bombardier canadense e a brasileira Embraer, numa disputa de mercado. Vale lembrar, e com muito afinco, que estas lutas não são apenas de origem internacional, pois, a defesa pelo meio ambiente muitas vezes não é lucrativa a algumas minorias detentoras de poder em regiões mais restritas, como indústrias poluidoras em interiores de estados brasileiros, por exemplo. “Conclamações para assegurar a sobrevivência do planeta são muitas vezes, após análise mais minuciosa, nada mais do que convocações para a sobrevivência do sistema industrial”. (SACHS, 2000, p. 128).

Segundo Wolfgang Sachs, no “Dicionário do Desenvolvimento” (2000), o meio ambiente surgiu na agenda internacional na Conferência das Nações Unidas, realizada em Estocolmo, em 1972. Foi com o Relatório Brundtland, em 1987, que se firmou a fusão entre desenvolvimento e a preocupação com o meio ambiente. Destarte, uma administração eficiente dos recursos naturais era solicitada e não mais deveríamos nos prender à antiga noção de que desenvolvimento requer poluição, como era fato nas décadas em que as indústrias surgiram “a todo vapor”.

As ONGs se reuniram pela primeira vez em Estocolmo para debater o tema e lançaram propostas. Outras iniciativas, como a ECO 92, também marcaram a história e, com o vagar, nos deparamos com termos hoje muito usados, a exemplo de “desenvolvimento sustentável”. “Não há desenvolvimento sem sustentabilidade; não há sustentabilidade sem desenvolvimento” (Ibid, p. 121).

O movimento ambientalista passa, então, a construir uma lógica social e biológica. A ecologia começa a penetrar na consciência daqueles que nunca tiveram uma formação mais rígida no que concerne ao estudo da biologia; o conceito de ecologia passa a ser amplo e a requerer uma multidisciplinaridade por parte daqueles que o interpretam. Secas, enchentes, desmatamentos, derretimento de geleiras, doenças como a malária e a dengue, queima de combustíveis fósseis etc. demandaram a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), do Acordo Convenção Quatro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), do Protocolo de Quioto, das COPs (Conferências das Partes) e de muitos outros pontos de toque que dependem de negociações para vigorarem em suas especificidades.

A partir de tantos acordos, desacordos e debates internacionais, calha indagarmos qual o poder de barganha do Terceiro Setor diante destas relações que, em princípio, estão ligadas ao Primeiro Setor. Apesar do poder de veto destas instituições ser restrito, algumas entidades, como o Greenpeace, assumem que têm em seu funcionamento a observação e a denúncia de problemas, isto é, o popular “barulho” que estas entidades fazem podem pressionar e mobilizar decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um sistema educacional que promove o respeito ao meio ambiente pode ser atrelado ao trabalho de muitas Organizações Não-Governamentais, como as que incentivam a seleção de lixo, o não desperdício da água etc. Porém, é válido apontar que o Terceiro Setor, isoladamente, não tem condições de suprir uma deficiência muito maior que move a sociedade e isto é dado pela própria lógica de funcionamento social capitalista vigente. O Terceiro Setor passa, então, a atuar em uma dimensão micro (a depender da instituição e do problema que trata), porém, com assuntos de ordem macro.

Vemos que todo o debate está longe de um fim consensual e que o Terceiro Setor, tratando ou não de questões ambientais, vive um período de crescimento intenso, quando novas ONGs surgem a todo instante. Não obstante, ainda sofremos uma carência de estudos sobre o tema na ordem da qual precisamos, afinal, muitos são os questionamentos e críticas ao Setor e apenas descrevê-lo não nos basta para compreendermos a realidade atual.

BIBLIOGRAFIA:

BELTRÃO, Cecília. Sociedade Civil e ONGs. Palestra proferida em 12 de abril de 2004 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFPE / Reunião do PET-PE

FERNANDES, Rubem César. Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina. 2.ed. Rio de Janeiro, Relume, 1994.

GREENPEACE. Disponível em: www.greenpeace.org.br. Acesso em: abril de 2004.

_____. "O que é o Terceiro Setor?" In IOSCHPE, Evelyn Berg (org). 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

LANDIM, Leilah. Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil. Rio de Janeiro, ISER, 1993.

_____. A invenção das ONGs. Tese de doutorado. Disponível em: <http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf/0/08256B5A0062F99E83256AA400607625?OpenDocument&pub=T&proj=Setor3&sec=Pesquisas> , 1993.

_____. "Experiência Militante: Histórias das assim chamadas ONGs". In (org) LANDIM, Leilah. Ações em Sociedade: Militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro, ISER/NAU, 1998.

_____. "Múltiplas Identidades das ONGs". In (org.) HADDAD, Sérgio. ONGs e Universidade: Desafios para a Cooperação na América Latina. São Paulo, Abong, 2002.

_____. "É o momento de pensar na desconstrução do nome ONG". In Revista do Terceiro Setor, 2002.

LANDIM, Leilah & CONTRIM, Letícia Ligneul. ONGs: um perfil. São Paulo, Abong/Iser, Cadastro das afiliadas à Associação Brasileira de ONGs (Abong), 1996.

LANDIM, Leilah & SCALON, Maria Celi. Doações e Trabalho Voluntário no Brasil. Rio de Janeiro, Sete Letras, 2000.

MENESCAL, Andréa. “História e Gênese das Organizações Não-Governamentais”. In: GONÇALVES, Hebe Signorini (org). (1996), Organizações Não Governamentais: solução ou problema? São Paulo, Estação Liberdade, 1996.

RAHNEMA, Majid. Participação. In: Dicionário do Desenvolvimento. Ed. Vozes, 2000.

SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente. In: Dicionário do Desenvolvimento. Ed. Vozes, 2000.

SHIVA, Vandana. Recursos Naturais. In: Dicionário do Desenvolvimento. Ed. Vozes, 2000.

SZAZI, Eduardo. Terceiro Setor: regulação no Brasil. 2.ed. São Paulo, Peirópolis, 2001.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. São Paulo: Annablume; Fapesp; Instituto Polis, 2003.